

CAPÍTULO 4

A instrução pública nas crônicas de Lima Barreto: restrições de acesso às escolas e desigualdade social durante a Primeira República

Fábio Lucas da Cruz

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX foi marcado pela abertura de amplas avenidas e construção de edifícios monumentais como o Teatro Municipal. As reformas promovidas pelo prefeito Pereira Passos entre 1903 e 1906 seguiram modelos urbanísticos franceses e estavam de acordo com os ideais de civilização e progresso apregoados pelas principais nações industrializadas do final século XIX. O Brasil ainda tinha uma industrialização incipiente e as mudanças realizadas na capital federal serviam para criar uma infraestrutura que viabilizasse ampliar o comércio, expandir novos meios de transporte e de comunicação vinculados à esperada modernização econômica, técnica e social.

A reforma urbana acarretou um processo de expulsão da população mais pobre do centro da cidade para as áreas periféricas, onde não havia efetiva assistência do Estado. Afonso Henriques Lima Barreto (1881-1922) escreveu romances, contos e crônicas com críticas, sátiras e denúncias a esse projeto republicano de inspiração

positivista que colocava os subúrbios à margem da cidadania. O autor publicou crônicas em diferentes jornais e revistas que revelam uma aguçada observação do cotidiano do Rio de Janeiro.

Importantes fatos, como a abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889, não foram acompanhados de políticas sociais: o racismo permeava todas as instituições e impedia que os negros tivessem acesso a empregabilidade, moradia e instrução pública. As eleições eram fraudadas para que as oligarquias continuassem governando. Lima Barreto denunciava em suas crônicas que os membros da elite assumiam cargos de governo para enriquecimento próprio e obter *status* social, assim, não se interessavam em trabalhar para criar ou melhorar os serviços públicos.

A concepção de progresso que direcionava as reformas urbanísticas também apregoava mudar os hábitos de higiene da população, o que significava promover escolarização, saneamento e combate a doenças. Com a destruição dos cortiços e das casas insalubres, no chamado “bota-abaixo”, a população pobre perdeu suas moradias, sofreu repressão policial e foi vítima da intransigência de agentes públicos e sanitaristas que realizavam a vacinação obrigatória sem que antes houvesse explicações sobre a vacina em diálogos com as comunidades. Diante disso, parte da população foi às ruas mostrar seu descontentamento com os dirigentes republicanos em movimentos sociais expressivos, como a Revolta da Vacina de 1904 (Chalhoub, 2017).

A obra de Lima Barreto descreve os personagens do subúrbio naquele tempo de urbanização e de aumento da exclusão econômica e social. O subúrbio era estigmatizado como o espaço dos marginais e da ignorância. Na crônica “A volta”, publicada no jornal *Correio da Noite* de 26 de janeiro de 1915, o autor contrapõe o Rio de Janeiro com Buenos Aires, cuja urbanização seguiu os exemplos europeus e fora historicamente marcada pela expulsão e dizimação do povo negro.

A obsessão de Buenos Aires sempre nos perturbou o julgamento das coisas. A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital argentina tem longas ruas retas; a capital argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos (Barreto, 2004, vol. I, p. 170).

Lima Barreto enfatizava as características geográficas e condições socioculturais específicas do Rio de Janeiro que tornavam inadmissível a mera reprodução de modelos externos nas políticas públicas. No excerto citado, o autor mostra que o governo não dava importância à maioria da população negra e perseguia um ideal

de civilização branca, de acordo com os princípios do Darwinismo social, que apre-goava a superioridade de civilizações industriais e concebia a possibilidade de povos inferiores evoluírem para os estágios de desenvolvimento daquelas nações mais ricas e politicamente influentes. Em suma, a política de urbanização tratava-se de um projeto eugênico, que excluía e invisibilizava a população negra (Schwarcz, 1993).

As crônicas de Lima Barreto foram publicadas entre 1911 e 1922 em revistas e jornais como *A Notícia*, *Careta*, *A.B.C.* e *O País*. Posteriormente, foram reunidas nos livros *Bagatelas* (1923), *Marginália* (1953), *Feiras e mafuás* (1953) e *Vida urbana* (1956). Os textos tinham ironia, sarcasmo, expressões coloquiais para facilitar a compreensão dos leitores dos jornais e apresentavam detalhes da vida do próprio autor, que assumia o papel do observador crítico. Lima Barreto escreveu como era morar no subúrbio e ganhar pouco; criticou a falta de calçamento das ruas, descreveu o cotidiano da cidade visto do bonde que pegava para ir ao centro; exprimiu seu descontentamento com a desigualdade social e a urbanização desigual que valorizava o centro e desprezava a periferia. Como amanuense, condenou a burocracia do serviço público; como carioca, não poupou críticas ao futebol e ao carnaval, embora fossem manifestações populares na cidade; e como escritor negro, denunciou a discriminação racial da qual também era vítima.

O autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, *Clara dos Anjos* e *Os bruzundangas* produziu uma literatura militante e partia da premissa de que a política serviria para o bem comum. Porém, afirmava que a “política” brasileira “tende para tornar a vida incômoda e os povos infelizes. Todas as medidas de que os políticos lançam mão são nesse intuito” (Barreto, 1956, p. 58). Lima Barreto produziu uma literatura amparada na crítica social, autorreferenciada, ao mesmo tempo bem-humorada e mordaz, preocupada com a discriminação racial e a exclusão social:

Não interessava o silêncio, o acobertamento completo de sua psique, porque o silêncio abafa e impede a realização de uma das funções básicas da literatura: a catarse, e, no caso, a catarse do povo negro, que encontra também na literatura um caminho aberto para reconhecer a si mesmo, por meio da purgação da histórica humilhação sofrida e do expurgo de seus fantasmas criados pela discriminação racial (Cuti, 2010, p. 170).

Abordamos a seguir um dos temas recorrentes nessas crônicas: a instrução pública no período da República Oligárquica, de 1889 até a morte de Lima Barreto em 1922. O escritor criticou a ineficiência do sistema público de educação decorrente da falta de correlação entre o que se ensinava nas unidades escolares e as necessidades da vida urbana. Destacou o problema da ausência de vagas para atender à população do

subúrbio e às mulheres, as quais eram destinadas ao chamado Ensino Normal para serem professoras nas escolas primárias.

Como intelectual negro, morador do subúrbio, funcionário público mal remunerado e crítico à República, Lima Barreto apresentou nas crônicas informações sobre a trajetória de sua educação que embasavam seus argumentos. Ele somente conseguiu estudar por causa do apadrinhamento do Visconde de Ouro Preto, já que seus pais eram pobres. Estudou no Liceu Popular Niteroiense e no Colégio Paula Freitas. Desse período, Lima Barreto expôs suas memórias na crônica “Tenho esperança que...”, de 3 de maio de 1918:

Eu me lembro também da minha primeira década de vida, de meu primeiro colégio público municipal, na Rua do Resende, das suas duas salas de aula, daquelas grandes e pesadas carteiras do tempo e, sobretudo, da minha professora – Dona Teresa Pimentel do Amaral – de quem, talvez se a desgraça, um dia, enfraquecer-me a memória, não me esqueça de todo.

De todos os professores que eu tive, houve cinco que me impressionaram muito; mas é dela que guardo mais forte impressão (Barreto, 2004, vol. I, p. 355).

Após os exames de admissão, Lima Barreto frequentou o Colégio Politécnico, porém não se formou em Engenharia por causa de sucessivas reprovações em algumas disciplinas. Expressou em suas crônicas como saberes ultrapassados ou desnecessários para os estudantes eram cobrados de forma rigorosa pelas escolas a ponto de desestimularem os alunos ou impedirem sua profissionalização. Sobre a convivência com os estudantes no Colégio Politécnico, “Lima se queixaria do menosprezo que sentia da parte desses alunos, os quais, vindos de diversos estados do Brasil, muitas vezes pertenciam à extinta nobreza do Império e faziam pouco da descendência africana do colega” (Schwarcz, 2017, p. 222).

As crônicas de Lima Barreto enfatizam que a instrução pública era um privilégio da aristocracia que visava obter o *status* de doutor. Houve grande valorização da ciência nas primeiras décadas do século XX. Médicos, sanitaristas e engenheiros ganharam destaque no processo de urbanização e combate a doenças. Eles passaram a ser respeitados como representantes ou autoridades da ciência. Considerando a violência do Estado ao impor condutas de higiene e vacinação, bem como o “bota-abaixo”, Lima Barreto via nessas “doutores” pessoas com grande poder político e social, autoritárias, que viam o povo apenas como massa. A profusão de filhos da elite com diplomas e o aumento da miséria da população contribuíram para acentuar sua crítica às figuras doutorais.

A EDUCAÇÃO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

Inspirados no Positivismo de Augusto Comte, os governantes republicanos defendiam as ideias de ordem e progresso, moralidade e patriotismo. A instrução pública devia servir à formação do cidadão trabalhador, eleitor alfabetizado, cuja conduta respeitasse as leis e a moral cívica.

Segundo Nagle (2001), a transição da economia agroexportadora para a urbano-industrial e a introdução de concepções liberais na instrução pública desencadearam um “entusiasmo pela escolarização” e um “otimismo pedagógico” a partir da crença de que a escola seria instrumento de transformação do homem. Na década de 1920, organizações em defesa da instrução pública e intelectuais que se especializavam na área da educação discutiam o dever do Estado de aumentar as escolas para alfabetizar o povo brasileiro. A Escola Nova foi gestada nessa década e, posteriormente, o “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”, de 1932, refletiu os debates sobre a desigualdade social no Brasil, a omissão do Estado em relação ao ensino e a demanda por mais investimentos para alfabetização, formação docente e profissionalização. Acreditava-se que a oferta do ensino técnico-profissional permitiria mudar as condições sociais dos indivíduos, preparando-os para o trabalho (Nagle, 2001).

Em 1920, o Brasil tinha 6.155.567 alfabetizados e 11.401.715 analfabetos. A taxa de alfabetização era, portanto, de 35% (Souza, 1999). Segundo a Constituição de 1891, analfabetos não tinham direito ao voto. Dessa forma, na perspectiva da elite política, a universalização do ensino primário era primordial para aumentar o número de eleitores. Seguindo os princípios do federalismo, cabia ao município concentrar-se na organização do ensino primário. A União cuidava do ensino secundário e do ensino superior. De acordo com Aranha (2002), o ensino manteve-se tradicional e dualista, já que os pobres cursavam apenas as escolas elementares e as elites tinham acesso facilitado ao ensino secundário cuja metodologia era propedêutica, ou seja, voltada a preparar o estudante para os exames de ingresso no ensino superior.

É essencial considerar que a maioria da população do Rio de Janeiro era negra e enfrentava o desemprego, os baixos salários, as moradias insalubres, a miserabilidade e a repressão policial. Os negros foram os mais prejudicados em relação ao acesso a serviços públicos como a educação. Segundo Nilma Lino Gomes:

[citação] Deixar de ser um “ex-escravo” ou liberto para ser cidadão, ter direitos iguais, não ser visto como inferior e vivenciar a cidadania plena era o sonho perseguido pela população negra da época, sobretudo os setores mais organizados. Entre as suas reivindicações, a educação se tornou prioritária, pois o analfabetismo e a lenta inserção nas escolas oficiais se constituíam um dos

principais problemas dessa população para a inserção no mundo do trabalho (Gomes, 2012, p. 736). [citação]

Diante dos direitos negados à população negra, Lima Barreto criticou o número insuficiente de escolas e as metodologias arcaicas para ensino, equiparando-as à escolástica medieval. Também era contra a importação de modelos educativos da Europa e dos Estados Unidos e as propostas de mudanças dos pedagogos brasileiros que não se baseavam na realidade do país. Em 8 de abril de 1822, na crônica “Como resposta”, o autor afirmou: “Nunca fui dado a essas sabedorias infusas e confusas entre as quais ocupa lugar saliente a chamada ‘pedagogia’” (Barreto, 1956).

Uma série de reformas educacionais foi realizada na Primeira República: Reforma Benjamin Constant (1890), Código Eptácio Pessoa (1901), Reforma Rivadávia Corrêa (1911), Reforma Carlos Maximiliano (1915) e Reforma Rocha Vaz (1925). Benjamim Constant liderou a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios de Telégrafos; inseriu disciplinas científicas no ensino e criou exames para a entrada no ensino superior. Essas provas também permitiam obter o certificado de conclusão do ensino secundário. Tais decisões foram revogadas por Eptácio Pessoa. As faculdades começaram a realizar exames de admissão e o certificado de conclusão do ensino secundário não era mais cobrado. Posteriormente, a Reforma Rivadávia Correia diminuiu a ação do Estado na educação. Havia poucas escolas nas áreas urbanas, embora a Constituição de 1891 garantisse educação para todos. A maioria da população continuava analfabeta (Aranha, 2002).

A educação adequava-se ao projeto higienista do período. Além da limpeza urbana e do combate às epidemias de varíola e febre amarela, principalmente por meio da vacinação obrigatória, havia o objetivo de impor novos comportamentos: banho, lavagem das mãos, etiqueta à mesa, cantar hinos, conhecer os símbolos nacionais, falar quando permitido... Os corpos e os espaços da cidade eram controlados para um projeto de ampliação de poderes da aristocracia que propagava uma modernização que não passava da adequação da cidade e do povo a modelos pré-industriais caracterizados pela exploração econômica do trabalhador e do controle do sistema eleitoral.

Os professores tinham a função de reproduzir o discurso republicano e higienista, incentivando a reprodução de comportamentos voltados à higiene e à moral cívica. No ensino primário, tal competência cabia às egressas da Escola Normal. No ensino secundário, preponderavam professores que se preocupavam com a formação específica para profissionalização ou entrada no ensino superior. No ensino superior, os professores mantinham o rigor em metodologias que só valorizavam a memorização. Lima Barreto criticou a parcela dos professores que se regozijavam do prestígio de

trabalhar na universidade sem ter conhecimentos suficientes ou que de fato valorizassem a ciência e a cultura. O autor propôs a extinção do ensino superior por causa da elitização das universidades, as quais funcionariam apenas como fábricas de diplomas e de “doutores”.

Um moço que, aos trinta anos, se faz substituto de uma faculdade de seu ensino. Pára no que aprendeu, não segue o desenvolvimento da matéria [...]

Ninguém quer ser professor como são os da Europa, de vida modesta, escarafunchando os seus estudos, seguindo o dos outros e com eles se comunicando ou discutindo. Não; o professor brasileiro quer ser um homem de luxo e representação, para isso, isto é, para ter os meios de custear isso, deixa às urtigas os seus estudos especiais e empresta o seu prestígio aos *brasseur d'affaires* [homens de negócios] bem ou mal intencionados [...]

A universidade, coisa sobremodo obsoleta, não vem curar o mal do nosso ensino que viu passar todo um século de grandes descobertas e especulações mentais de toda sorte, sem trazer, por qualquer dos que o versavam, um quinhão por mínimo que fosse.

O caminho é outro; é a emulação (Barreto, 2004, vol. II, p. 152).

Lima Barreto era um intelectual dissonante. A discriminação racial e o incômodo sentido pelas camadas mais abastadas da sociedade provocado por suas críticas sagazes não lhe permitiram o reconhecimento literário merecido. Ao analisar sua trajetória como intelectual negro no contexto da Primeira República, Joel Rufino dos Santos afirma:

Cedo Barreto acordou desse sonho de representar, como intelectual, a reta inteligência, a boa consciência, o superior conhecimento da vida. Compreendeu ainda jovem que os intelectuais pedantes são os funcionários de dissuasão e convencimento (visando ao consenso) da ordem dominante, trabalhando pela humilhação sistemática dos pobres. Viu cedo que o prestígio intelectual, mesmo legítimo, está a serviço da dominação social. E, enfim, que os intelectuais de novo tipo, livres das ilusões burguesas, podem trabalhar nos interstícios entre as classes, por um lado, e na cisão entre classificados e desclassificados, por outro – interstícios e cisões que deixam ver, lá no fundo, o mundo dos pobres (Santos, 2014, s.p.).

Lima Barreto frustrou-se com a organização do ensino superior. Na crônica “Henrique Rocha”, escreveu sobre o sentimento de não pertencer ao espaço do Colégio

Politécnico, frequentado por figuras da elite que discriminavam os poucos estudantes que vinham das classes populares:

Desde muito que eu desejava abandonar o meu curso. Aquela atmosfera da escola superior, não me agradava nos meus dezesseis anos, cheios de timidez, de pobreza e de orgulho. Todos os meus colegas, filhos de graúdos de toda sorte, que me tratavam, quando me tratavam, com um compassivo desdém, formavam uma ambiência que me intimidava, que me abafava, se não me asfixiava. Fui perdendo o estímulo; mas, a autoridade moral de meu pai, que me queria ver formado, me obrigava a ir tentando. [...] Desgostava-me e era reprovado... (Barreto, 1923, p. 129).

POBRES À MARGEM NO PAÍS DE DOUTORES

Lima Barreto apontou a contradição da reforma urbana do Rio de Janeiro que valorizava edifícios suntuosos e deixava a educação para último plano. Para o autor, de nada adiantava ter um admirável Teatro Municipal se a maioria da população não tinha conhecimentos mínimos. Também o indignava a suntuosidade da Biblioteca Nacional, pois a maioria da população era analfabeta e nela não podia entrar. De fato, havia uma urbanização desigual, que favorecia o centro do Rio de Janeiro e a elite carioca, excluindo os mais pobres com escolarização incipiente.

A ausência de escolas de qualidade para os mais pobres perpetuava a miserabilidade, pois impedia acesso a novas profissões e restringia a aprendizagem sobre o funcionamento da política republicana. Dessa forma, a cidadania era negada à maioria. Lima Barreto apontou a contradição dos edifícios e a desvalorização da educação do povo na crônica “O prefeito e o povo”, publicada na revista *Careta* de 15 de janeiro de 1921:

O Theatro Municipal é uma demonstração de como a municipalidade pode educar o povo, muito a contento.

Construiu, ali, na Avenida, aquele luxuoso edifício que nos está por mais de vinte mil contos.

Para se ir lá, regularmente, um qualquer sujeito tem que gastar, só em vestuário, dinheiro que dá para ele viver e família, durante meses; as representações que lá se dão, são em línguas que só um reduzido número de pessoas entende; entretanto, o Theatro Municipal, inclusive o seu porão pomerizado, está concorrendo fortemente para a educação dos escriturários do Méier, dos mestres de oficina do Engenho de Dentro e dos soldados e lavadeiras da Favela (Barreto, 1956, p. 17).

Se havia desvalorização da educação do povo, por outro lado, a aristocracia podia obter títulos nas universidades com facilidade. Lima Barreto cunhou o termo “doutoromania” para designar o costume da aristocracia de ter diplomas para obter *status* e cargos bem remunerados, principalmente no setor público (Barreto, 1923, p. 298). Os chamados “doutores” seriam hipócritas, estudariam pouco e, mesmo com parco conhecimento, consideravam-se superiores. Para o autor, “só os sábios, os estudiosos, doutores ou não, é que merecem as atenções que vão em geral para os cretinos cheios de anéis e empáfia” (Barreto, 1923, p. 6). O cronista e crítico à educação brasileira complementa ainda:

Todas as variedades do “doutor” acreditam que os seus privilégios, honras, garantias e isenções [...] se originam do saber, da ciência de que são portadores; entretanto, entre cem, só dez ou vinte sabem razoavelmente alguma cousa. São quase sempre, além de medíocres intelectualmente, ignorantes como um bororó de tudo o que fingiram estudar. A maioria dos candidatos ao “doutorado” é de meninos ricos ou parecidos, sem nenhum amor ao estudo, sem nenhuma vocação nem ambição intelectual. O que eles vêem no curso não é o estudo sério das matérias, não sentem a atração misteriosa do saber, não se comprazem com a explicação que a ciência oferece da natureza; o que eles vêem é o título que lhes dá namorada, consideração social, direito a altas posições e os diferencia do filho de “Seu” Costa, contínuo de escritório do poderoso papai (Barreto, 1923, p. 6).

Os exames escolares exigiam muito pouco raciocínio e valorizavam a memorização. Dessa forma, Lima Barreto considerava que “os exames, os doutores, os bacharéis, os médicos, toda essa nobreza doutoral que nos domina e apoia os negociastas, é o maior flagelo desta terra que os utopistas querem seja o paraíso terrestre” (Barreto, 1956, p. 49). O cronista denunciava que os doutores assumiam cargos públicos não por merecimento, mas por manterem relações de amizade e parentesco. Dessa forma, a educação superior que deveria contribuir para o desenvolvimento nacional era utilizada para nepotismo, corrupção, vaidade de uns que se achavam superiores a muitos.

Para o autor, o fim da educação seriada facilitaria a formação, diminuiria a reprovação e permitiria ao estudante preparar-se para o trabalho aprendendo o que realmente estivesse conectado com sua profissão. A proposta do autor atrelava-se à sociedade urbana em processo de industrialização, tanto pela profissionalização quanto pela universalização da alfabetização.

A instrução superior não devia ter seriação alguma.

O governo subvencionaria lentes, ajudantes, laboratórios etc., sem prometer, ao fim do curso, que o estudante seria isto ou aquilo: bacharel ou dentista; engenheiro ou médico.

O estudante faria mesmo a escolha das matérias que precisasse, para exercer tal ou qual profissão.

Hoje, as profissões liberais se entrelaçam de tal modo e se dividem de tal forma, que, prender uma cabeça em um curso, é obrigá-la a estudar o que não precisa estudar e não aprender o que precisa aprender.

No mais, a mais livre concorrência... (Barreto, 2004, vol. I, p. 179).

Lima Barreto também sugeriu a extinção dos colégios militares pois “o dinheiro gasto com eles dava mais três ou quatro colégios de instrução secundária” (Barreto, 1953, p. 93). Além de dispendiosos, tais colégios atendiam a poucos estudantes e não condiziam com os princípios da República e da democracia. Propôs que o Estado criasse liceus por todo o Rio de Janeiro, atendendo igualmente moças e rapazes e ampliando as oportunidades de ensino para os mais pobres. Também sugeriu a construção de mais escolas com currículos adequados à realidade do Brasil. As reformas na instrução pública partiam de cópias de modelos de escolas europeias e desconsideravam as necessidades da maioria da população carioca. Na crônica “Estupendo melhoramento”, ironizou o prefeito Carlos Sampaio: “de um dia para outro, decretou que todas as crianças pobríssimas, tais são as que comumente frequentam as escolas públicas soubessem pronunciar francês” (Barreto, 2004, vol. II, p. 435).

Na crônica “Instrução Pública”, de 11 de março de 1915, Lima Barreto escreveu: “O doutor, se é ignorante, o é; mas, sabe; o doutor, se é preto, o é, mas... é branco. As famílias, os pais, querem casar as filhas com os doutores [...]” (2004, vol. I, p. 179). A obtenção de um diploma servia para obter privilégios, mais poder político e econômico com cargos públicos, funções de destaque em empresas ou candidatos à eleição. Numa sociedade patriarcal, o casamento entre as famílias considerava os ganhos em prestígio social, o dote ofertado pelo pai da noiva, a riqueza de cada família e a reputação da moça na sociedade. Se o pretendente fosse doutor, mais oportunidades teria. Por isso, Lima Barreto descrevia o casamento como um “comércio”. A educação não era um mecanismo de transformação social, pelo contrário, mantinha o status quo.

Ao afirmar que o “doutor, se é preto, o é, mas... é branco”, o cronista ressaltou o racismo e as dificuldades de ascensão social. Mesmo com um título que garantisse ao negro ampliar seu círculo de relações sociais entre os brancos, sempre haveria um tratamento preconceituoso: embora pudesse conviver em ambientes aristocráticos

e repartições públicas, dado que conseguira formação, sempre seria inferiorizado por ser negro.

Refletiu também sobre a desvalorização do conhecimento e do mérito dos indivíduos numa sociedade de aparências, de relações de apadrinhamento e nepotismo. Um exemplo dessa desvalorização foi apresentado na crônica “Mais uma”, de 31 de março de 1917, que descreve a tentativa de Lima Barreto de inscrever-se para concorrer a uma das cadeiras da Academia Brasileira de Letras: “A Academia Brasileira começou com escritores, por patronos, também escritores; e vai morrendo suavemente em cenáculo de diplomatas *chics*, de potentados do “silêncio é ouro”, de médicos afreguesados e juízes *tout à fait*” (Barreto, 2004, vol. I, p. 270). A inscrição não foi aceita. Ao todo, foram três tentativas de inscrição para a Academia. Lima Barreto escreveu que falsos intelectuais e escritores inexpressivos formavam um clube de aristocratas e utilizavam a Academia para promoção pessoal, impedindo o reconhecimento dos autores por seu devido mérito.

A EDUCAÇÃO DAS MULHERES

A educação voltada para as elites, reforçando o alijamento social dos pobres, ou seja, sua permanência às margens da República, também é denunciada por Lima Barreto ao refletir sobre a posição social das mulheres. Na crônica “Não as matem”, publicada pelo *Correio da Noite* em 27 de janeiro de 1915, o cronista discorreu sobre o direito feminino de escolher o marido e de realizar o divórcio. Os casos de maridos que assassinavam as esposas eram recorrentes, pois havia um pensamento patriarcal e violento de que os homens teriam direito sobre seus corpos e suas vidas. O autor argumentava que a mulher teria direito à liberdade e que a extrema dependência em relação ao marido não poderia ser mais tolerada.

Lima Barreto também defendeu a educação feminina em liceus e na Escola Normal. Quanto à responsabilidade do Estado em ofertar a educação secundária, ele escreveu:

Verdadeiramente, não há estabelecimentos públicos destinados ao ensino secundário às moças. O governo federal não tem nenhum, apesar da Constituição impor-lhe o dever de prover essa espécie de ensino no Distrito. Ele julga, porém, que só são os homens que necessitam dele; e mesmo os rapazes, ele o faz com estabelecimentos fechados, para onde se entra à custa de muitos empenhos (Barreto, 2004, vol. I, p. 355).

O principal destino das moças na educação secundária era a Escola Normal. Conforme Lima Barreto, em razão da falta de vagas e das muitas exigências da seleção, as

mulheres entravam na Escola Normal “com as maiores dificuldades”. Cabe ressaltar que mulheres puderam lecionar no ensino primário somente a partir de 1901.

As estudantes da Escola Normal aprendiam a utilizar o método intuitivo, a ensinar condutas de higiene e moralidade atreladas ao projeto de modernização, combate a doenças e construção da cidadania republicana. Lima Barreto defendia que mais professoras pudessem lecionar, formando assim mais professoras que trabalhassem pela ampliação do número de alfabetizados nas escolas primárias.

Essa defesa da instrução feminina é uma exceção às muitas críticas que Lima Barreto fez às mulheres do período. O autor criticou suas vestimentas por serem cópias da moda europeia, equiparando-as a fantasias de carnaval, e ironizou a forma como eram educadas para serem esposas. Considerava que a maioria das mulheres daquela conjuntura detinham-se a frivolidades de costumes ultrapassados. Afirmou que muitas não aproveitavam o conhecimento escolar: “A ciência, o saber, a arte, são adornos e enfeites para as suas pessoas naturalmente necessitadas de casamento” (Barreto, 2004, vol. I, p. 176).

Segundo a legislação vigente no período, as mulheres só poderiam exercer cargos públicos em telégrafos, magistério e correios. Lima criticava mulheres em outros cargos, pois considerava violação da norma, poderia envolver formas escusas de ingresso, como benesse de homens a mulheres por intenções afetivas ou por atração física. Como considerava que a escola formava as mulheres sem os mesmos conteúdos escolares dos homens, Lima Barreto mostrou-se ambíguo: defendia o direito de que mulheres estudassem e que se divorciassem, porém criticava o feminismo e o emprego de mulheres em cargos públicos. O autor desejava a transformação dos costumes patriarcais, porém não acreditava que o movimento feminista conseguiria tal êxito, já que não se preocuparia com as mulheres mais pobres. Lima descrevia o movimento feminista como uma organização burocrática de mulheres brancas sem proposições efetivas para mudanças (Engel, 2009). Escreveu reclamações sobre a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e sua representante, a cientista Bertha Lutz (1894-1976), que escrevia muitos artigos para jornais da época e participava de eventos internacionais na área científica.

Agora temos a faladora Bertha Lutz que foi aos Estados Unidos, em Baltimore, creio, dizer que as moças do Brasil se dedicam a ensinar crianças. Grande novidade! Uma coisa, porém, não disse e é que as moças do Brasil se fizeram arautos do feminismo burocrático. O que elas querem é ser escriturárias, mediante concursos duvidosos, em que entram influências “brunísticas”, para que tirem os primeiros lugares. Isto é o feminismo à Bruno Lobo, quando não é à Carlos Chagas (Barreto, 2004, vol. II, p. 521).

Bruno Lobo era diretor do Museu Nacional. Bertha Lutz foi aprovada em concurso como secretária do Museu e Lima Barreto acusava Lobo de favorecê-la para conseguir o cargo público. O médico Carlos Chagas também era citado como protetor de Bertha. O cronista considerava que o movimento feminista queria obter privilégios para as mulheres da elite. Afirmou não ser contra os direitos das mulheres, porém apontava que o movimento feminista estava fechado ao debate com a sociedade civil:

Não me move nenhum ódio às mulheres, mesmo porque não tenho fome de carne branca; mas o que quero é que essa coisa de emancipação da mulher se faça claramente, após um debate livre, e não clandestinamente, por meio de pareceres de consultores e auditores, acompanhados com os berreiros de Dona Berta e os escândalos de Dona [Leolinda] Daltro (Barreto, 2004, vol. II, p. 544-545).

Lima escreveu crônicas num período em que se ampliavam as possibilidades de formação profissional, porém ainda preponderava a concepção de mulher como mãe, esposa e dona de casa. A ideia do cuidado associada à maternidade influenciava o direcionamento das mulheres para o magistério. Além disso, acreditava-se que professoras podiam trabalhar em um período do dia e voltar às casas para os serviços domésticos. O feminismo ainda era embrionário, porém já instigava debates e ganhava visibilidade nos jornais. Bertha Lutz foi pioneira no Brasil ao valorizar a pesquisa, obter destaque como cientista, defender o espaço feminino nas ciências e os direitos das mulheres.

Nunca neguei capacidade alguma na mulher. O meu antifeminismo não parte do postulado da incapacidade da mulher, para isso ou para aquilo; é baseado em outros motivos, mais de ordem social do que mesmo de natureza fisiológica ou psicológica (Barreto, 2004, vol. II, p. 415).

Embora negasse ser preconceituoso, as crônicas revelam o contrário, pois tomava as relações sociais para julgar as mulheres de forma generalizada como imprudentes e oportunistas. A instrução primária para as mulheres foi apontada por ele para promover mudanças no comportamento feminino, que incluiria mais autonomia para as estudantes e que elas refletissem sobre os problemas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lima Barreto produziu crônicas com críticas sagazes sobre o sistema republicano. Seus textos jornalísticos tinham pormenores do cotidiano do subúrbio e denunciavam a hipocrisia dos burocratas, a desigualdade e o racismo. Como homem negro, pobre,

escritor sem o reconhecimento merecido, Lima Barreto expôs as contradições da urbanização do Rio de Janeiro. Edifícios e avenidas amplas expulsaram os mais pobres do centro, ou seja, a cidade transformou-se num “não lugar” e fez os moradores viverem miseravelmente na periferia. Somente o centro ficou limpo; as periferias ficaram superpovoadas e repletas de moradias insalubres. Afastar a pobreza do centro do Rio de Janeiro era também um dos objetivos do projeto higienista. Os prédios públicos contrastavam com o analfabetismo do povo. Um suntuoso Teatro Municipal por si não educaria e os que não tinham instrução não se viam pertencentes àquele lugar.

A educação foi utilizada como mecanismo para construir uma identidade nacional durante a Primeira República. O cidadão ideal deveria conhecer a bandeira, o hino, os heróis da pátria, obedecer às leis e aos governantes. Lima Barreto defendeu a ampliação da instrução pública para que houvesse maior inclusão e extensão de direitos a todos. Diante de sua frustração ao não se formar no Colégio Politécnico, escreveu sobre a importância de reformular os currículos para que se ensinasse aquilo que a profissão exigia. E sugeria que o ensino superior tal como funcionava deveria ser extinto.

O foco da instrução pública era o ensino primário e a profissionalização. Mais trabalhadores capacitados seriam formados naquela conjuntura de início da industrialização no Brasil. Lima Barreto concebia a educação como um processo de aprendizagem efetiva para transformar o indivíduo e a sociedade. Por isso, ele se incomodava tanto com as velhas formas de tratar as escolas e os diplomas como símbolos de *status* ou poder, mantendo a desigualdade de oportunidades a partir da manutenção das velhas oligarquias nos espaços de poder.

Lima Barreto é um dos precursores da literatura afrobrasileira porque apresentou a perspectiva de um homem negro sobre um país racista, patriarcal, oligárquico e desigual. Transitava entre diferentes realidades sociais, do subúrbio ao centro, observava e denunciava as injustiças e o desprezo republicano pelo povo, que estava à margem da cidadania republicana.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia Arruda. *História da educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.
- BARRETO, Lima. *Bagatelas*. Rio de Janeiro: Empresa de Romances Populares, 1923.
- _____. *Marginália*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- _____. *Toda crônica*. Organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v. I e II.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- CUTI. *Lima Barreto*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010. Edição digital.

- ENGEL, Magali Gouvêa. Gênero e política em Lima Barreto. *Cadernos Pagu*, n. 32, p. 365-388, jan.-jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Tb7y6cgd7d-MMMMGDGPQg7gB/abstract/?lang=pt> Acesso em: 10 nov. 2022.
- GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: resignificando e politizando as raças. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- SANTOS, Joel Rufino. *Épuras do social: Como podem os intelectuais trabalhar para os pobres*. São Paulo: Global, 2014. Edição digital.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *Lima Barreto: Triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Edição digital.
- _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho. *O analfabetismo no Brasil sob o enfoque demográfico*. Brasília: IPEA, 1999. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1995.pdf. Acesso em: 5 nov. 2022.

